

ASSUNTO: PARECER DO CONTROLE INTERNO ACERCA DA DISPENSA Nº001/2024 E CONTRATO Nº2024.2406.001 - PMO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.0605.001-PMO

PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº24062024.001

O Sr. Alberto de Oliveira Souza, brasileiro, paraense, casado, inscrito no CPF nº 449.748.762-87 portador do RG.2506870 – PC/Pa. Coordenador de Controle Interno do Município de Ourém, nomeado nos termos do Decreto Municipal Nº06/2023, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014 e IN Nº22/2021 de 10 de Dezembro de 2021. Que analisou integralmente o Processo Administrativo Nº Nº 2024.0605.001-PMO

Identificação:

Processo Administrativo Nº 2024.0605.001-PMO

Dispensa nº001/2024

Contrato Nº2024.2406.001 - PMO

EMPRESA: ANTONIO MAURICIO DE SOUZA LOJA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS – CNPJ Nº28.469.584/0001-68

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender as necessidades da SEMMA. Com base nas regras insculpidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas contratuais vigentes.

Vencedor e Valor Homologado/Contratado:

CONTRATO Nº2024.2406.001-PMO

CONTRATADO: ANTONIO MAURICIO DE SOUZA LOJA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS – CNPJ Nº28.469.584/0001-68

VALOR DO CONTRATO: R\$ 25.790,13 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E NOVENTA REAIS E TREZE CENTAVOS).

Manifestações:

A Dispensa nº 001/2024. Encontra-se Revestido de todas as formalidades legais Referente a Fase Interna do referido processo conforme Parecer do Jurídico sobre a modalidade de licitação a ser deflagrada e também sobre a minuta do Edital; Assim como as Publicações foram todas feitas dentro dos prazos legais; nas fases de habilitação foram apresentados os documentos exigidos pela Lei nº14.133/2021; julgamento; As contratações estão cumprindo as exigências formais tais como parecer do Jurídico da Minuta do Contrato, e a idoneidade das empresas contratadas, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

Conclusões:

Após o exame dos itens que compõem a análise da DISPENSA e CONTRATO, salvo melhor juízo, entendo que os mesmos estão de acordo com a legislação vigente e aptos para que seja dado prosseguimento às demais etapas subsequentes.

Pelos atos e fatos acima relatados a esta Coordenadoria de Controle Interno do Município de Ourém, no que se referem à legalidade dos atos e fato do processo acima. Salvo melhor juízo, ciente de que os relatos estão sujeitos à comprovação por todos os meios legais que está Egrégia Corte de contas TCM-Pa, dispões para tal. Ressaltamos que a opinião supra não elide e nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desta Coordenadoria, nem tão pouco isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

É o parecer

Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Prefeito Municipal de Ourém.

Cidade de Ourém, 24 de junho de 2024.

Alberto de Oliveira Souza

Controle Interno

Dec. Mun. Nº06/2023